

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A CONCEPÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E UMA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DESSE NOVO  
MARCO LEGAL NA ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS**

*Teresa K.L.*  
**Teresa Kleba Lisboa**  
Chefe do Depto. de Serviço Social  
CSE/UFSC

Publicada em  
18 / 2 / 04

**LYGIA CALLADO MACHADO**

FLORIANÓPOLIS (SC), 2003

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A CONCEPÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E UMA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DESSE NOVO  
MARCO LEGAL NA ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de Serviço Social da Universidade  
Federal de Santa Catarina, para obtenção do título  
de Assistente Social, orientado pela professora  
Heloísa Maria José de Oliveira.

**LYGIA CALLADO MACHADO**

FLORIANÓPOLIS (SC), 2003.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso elaborado por:

**LYGIA CALLADO MACHADO**

**A CONCEPÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E  
UMA PROPOSTA PARA DIVULGAÇÃO DESSE NOVO MARCO LEGAL NA  
ÂMBITO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE  
FLORIANÓPOLIS**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Presidente da Banca**

Professora Heloísa Maria José de Oliveira

---

**Primeiro Membro**

Assistente Social, Kátia Regina Madeira  
Secretária Executiva do CMAS/Fpolis

---

**Segundo Membro**

Assistente social, Miriam Martins Vieira da Rosa  
Vice-Presidente do CMAS/Fpolis

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo dom da vida, da sabedoria e da graça de poder concluir mais uma etapa de minha vida.

Aos meus pais, Olga e João, simplesmente por tornarem possível a minha existência.

Ao meu filho querido, Marcos Vinícius, por me ensinar o significado do amor e da ternura.

A professora Heloísa Maria José de Oliveira, pela compreensão e orientação neste trabalho.

À assistente social Kátia Regina Madeira, membro da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis; e à assistente social Miriam da Rosa, membro da Comissão de Registro, pela oportunidade, orientação e apoio no decorrer do estágio.

À todos os conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis pela oportunidade participar de seus trabalhos.

À todos os professores pela transmissão de seus conhecimentos, contribuindo para minha formação profissional.

À todos os funcionários do Departamento de Serviço Social e da Biblioteca Universitária.

Em fim, a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

## **LISTA DE SIGLAS**

CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MPAS - Ministério da Previdência e Assistência Social

NETA - Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social

SEAS - Secretária Nacional de Assistência Social

SHTDS - Secretaria Municipal da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo I – O sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social e o novo conceito de entidade beneficente de assistência social previsto na LOAS .....</b>	<b>13</b>
1.1. A Política de Assistência Social .....	13
1.2. As Entidades de Assistência Social .....	22
1.3. A Nova legislação: de “entidades filantrópicas” à “entidades beneficentes de assistência social” .....	28
<b>Capítulo II – A concepção de Entidade Beneficente de Assistência Social e uma proposta para a divulgação desse novo marco legal.....</b>	<b>39</b>
2.1. A Comissão de Registro e os Critérios para Inscrição no Conselho segundo o conceito de “entidade beneficente de assistência social” .....	39
2.2. Antecedentes da Proposta de Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades .....	49
2.3. A Proposta de Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades.....	51
2.3.1. Apresentação .....	51
2.3.2. Para que serve o Certificado de Registro do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis? .....	53

2.3.3.1. O que é o Estatuto da Entidade ? .....	54
2.3.3.3. O que é o Plano de Trabalho? .....	58
2.3.3.4. O que é o CNPJ ? .....	59
2.3.3.5. O que é o Balancete da Entidade ? .....	59
2.3.4. Como acontece o processo de registro das entidades no CMAS/Fpolis? .....	60
2.3.5. Quais os critérios utilizados pelo CMAS/Fpolis para inscrição das entidades ? .....	61
2.3.6. Como acontece o processo de registro de entidades no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS? .....	62
Considerações Finais .....	65
Referências Bibliográficas .....	71
Anexos .....	76

## **Introdução**

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de um estudo realizado durante o estágio curricular obrigatório no Núcleo de Estudos do Trabalho e Assistência Social - NETA – do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, entre o período de 24 de abril de 2003 e 20 de agosto de 2003, na sétima fase do curso.

Os Núcleos de Estudos, como Projeto de Extensão do Departamento de Serviço Social da UFSC, foram criados em 1991, a partir da revisão curricular do segundo semestre de 1990.

Atualmente o NETA busca acompanhar a Política de Assistência Social através da inserção de estagiários nos diversos espaços de discussão e operacionalização da política de assistência social como o Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis (CMAS/ Fpolis), o Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina (CEAS/ SC), a Comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), o Fórum Municipal de Assistência Social de Florianópolis, e o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/12 Região), entre outros.

Cabe mencionar que o interesse pessoal pelo estágio no NETA surgiu a partir da disciplina que cursamos durante a sexta fase do curso: Seguridade Social: Política de assistência Social, ministrada pela professora Heloísa Maria José de Oliveira. Nesta ocasião percebi a necessidade de os assistentes sociais buscarem um maior entendimento sobre a Política de Assistência Social, pois, tendo em vista todas as políticas públicas, esta constitui-se o âmbito mais específico de competência do assistente social.

Dentre os espaços de inserção de estagiários do NETA, ficamos responsáveis pelo acompanhamento das atividades no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis – CMAS/Fpolis.

O CMAS/Fpolis localiza-se à Rua Rui Barbosa, 677 (fundos), no Bairro Agrônômica, neste município.

As competências do CMAS/Fpolis compreendem desde o acompanhamento da formulação da Política de Assistência Social do Município de Florianópolis até o controle das ações assistenciais desenvolvidas tanto pelo setor público como pelas entidades privadas que integram o sistema descentralizado e participativo da Assistência Social.

Com o intuito de organizar o desenvolvimento das atividades no Conselho, formaram-se as Comissões de Trabalho que é a reunião de pessoas encarregadas de estudar, examinar ou apurar determinado assunto. O CMAS/Fpolis, atualmente, possui três comissões de trabalho: a Comissão de Finanças, a Comissão de Políticas Públicas e a Comissão de Registro.

Durante o estágio, atuamos no acompanhamento da Comissão de Registro que é responsável pelo registro de entidades de assistência social no Conselho. Esta comissão deve verificar se a entidade que vem requerer inscrição no Conselho caracteriza-se ou não como uma entidade beneficente de assistência social conforme preconiza a LOAS.

O Registro de Entidades de Assistência Social no Conselho permite que as mesmas recebam, além das subvenções fiscais, recursos financeiros do governo através dos convênios.

A partir do acompanhamento que fizemos junto a Comissão de Registro percebemos que as entidades possuem pouco conhecimento sobre a política de assistência social e, mais especificamente, sobre o conceito de entidade beneficente de assistência social e a

influência deste nos critérios para inscrição de entidades no CMAS/Fpolis. É neste eixo que se constitui o principal desafio da Comissão de Registro do CMAS/Fpolis: garantir, perante as entidades, a legitimidade e o entendimento da nova concepção de assistência social frente ao novo marco legal desta política pública que prega a transição do antigo conceito de entidades filantrópicas para o novo conceito de entidades beneficentes de assistência social. Nossa tarefa é, a partir da elaboração deste trabalho, contribuir para o esclarecimento acerca deste novo conceito para que a Comissão de Registro tenha mais subsídios teóricos para acompanhar o processo de registro de entidades no Conselho.

A escolha do tema deste trabalho: As novas concepções de Entidade Social e o Processo de Registro de Entidades no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis é decorrente da necessidade de se estudar os novos conceitos de Entidade Beneficente de Assistência Social e os critérios para inscrição de entidades no conselho, para melhor informar as entidades e a sociedade de modo geral sobre estes assuntos. Pretendemos elaborar, com base neste estudo, uma proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades no CMAS/Fpolis que sirva de “guia” para as entidades que buscam o registro no Conselho. Além da proposta do Manual, procuramos esclarecer um pouco mais sobre o conceito de entidades beneficentes de assistência social.

Ao fim do estágio curricular obrigatório realizado no NETA, começamos a realizar estágio - não obrigatório e permanecemos acompanhando as atividades do CMAS/Fpolis.

Esse acompanhamento forneceu mais subsídios para a elaboração deste trabalho que pretende estudar e analisar os novos conceitos de Entidade Social e sua influência no processo de registro de entidades de assistência social dentro do CMAS/Fpolis.



Durante nosso acompanhamento junto à Comissão de Registro, o universo de nossa observação inclui 30 entidades não-governamentais registradas no CMAS/Fpolis, sendo que, 15 delas possuem Certificado de Registro Provisório.

Para a realização deste trabalho nos utilizamos de alguns instrumentos, tais como:

- Revisão bibliográfica sobre a Política de Assistência Social, incluindo a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei 8.842/94, o histórico do CMAS/Fpolis, a Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão de Assistente Social e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.
- Participação de Reuniões Plenárias e de reuniões da Comissão de Registro.
- Registro em relatórios e em diário de campo de todas as atividades desenvolvidas durante o estágio.
- Observação e consulta aos registros arquivados pela Comissão de Registro do CMAS/Fpolis.
- Entrevista com três membros da comissão de registro do CMAS/Fpolis.

A análise deste material é que nos permite organizar o trabalho que ora apresentamos. No primeiro capítulo deste trabalho iremos contextualizar, a partir da Constituição federal de 1988, o processo de descentralização administrativa e participação popular da Política de Assistência Social, bem como o seu processo de legitimação como política pública, e buscaremos definir o conceito de “entidade beneficente de assistência social” segundo a concepção dos membros do CMAS/Fpolis e conforme o que está previsto na LOAS. Abordaremos também sobre os novos modelos de entidades sociais como as Organizações da Sociedade civil de Interesse Público - OSCIPs.

No segundo capítulo explicaremos sobre a estrutura do conselho, os critérios de inscrição de entidades e o processo de registro das mesmas. Apresentaremos ainda, a partir do estudo do conceito de entidade beneficente de assistência social e do processo de registro de entidades no CMAS/Fpolis, a proposta de elaboração do Manual de Processo de Registro de Entidades que irá contribuir para esclarecer as entidades, sobretudo aquelas que ainda não possuem registro, e a sociedade de modo geral, sobre estes assuntos.

## **Capítulo 1 – O sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social e o novo conceito de entidade beneficente de assistência social previsto na LOAS.**

### **1.1. A Política de Assistência Social**

A assistência aos pobres é um fenômeno muito antigo entre os povos e está presente em todos os contextos socioculturais. Ela percorre um longo caminho para alcançar sua legitimidade enquanto política social pública e até os dias atuais enfrenta as dificuldades de ser vista como uma ação guiada pelo sentimentalismo, pela bondade ou pelo dever moral. Poucas são as contribuições teóricas e científicas que buscam precisar o conceito de assistência social e por isso ela é interpretada de acordo com o senso comum como caridade ou, conforme o mau uso político, pode ser alvo das práticas clientelistas sendo realizada a partir da “troca de favores” ou de interesses dominantes. A assistência social, portanto, não é vista como um fenômeno social através de determinações histórico-estruturais.

Por outro lado, a assistência social, para muitos, não é considerada como política social porque não se organiza em torno de conhecimentos teóricos e sim em torno do voluntarismo, do espontaneísmo de ações e em torno de problemas sociais que surgem por causa da deficiência das demais políticas sociais e econômicas, como a saúde, educação, previdência, habitação, trabalho, renda e etc. Sendo assim, ela não é considerada um direito e sim um “antidireito” ou “uma tapeação do Estado” como cita Potyara Pereira (2001), estigmatizando e humilhando quem dela necessita através do atendimento focalizado e emergencial.

Além disso, há o confronto ideológico entre a assistência social e os defensores do mercado que acreditam que ela deve atender somente aos extremamente pobres para que não “alimente o parasitismo”. Isso porque, para essa ideologia, quem não é miserável e recorre a assistência é considerado “parasita do governo” ou “vagabundo”.

Esta percepção dominante sofre alterações com a Constituição de 1988, que reconhece a assistência social como política pública. Essa mudança redefine a proteção social brasileira, não só no campo da legislação e das diretrizes operacionais, mas também porque rompe com a cultura conservadora que acredita na prestação de assistência a partir de mecanismos viciosos de atenção a pobreza como o paternalismo, o clientelismo, a caridade ou o dever moral.

A constituição de 1988 representou um marco na organização do Estado democrático brasileiro, na garantia dos direitos da sociedade no que se refere a sua participação dentro do aparelho estatal e também no que diz respeito a formalização dos direitos sociais básicos e ao compromisso do Estado com os mesmos. É a partir da constituição que a assistência social é inserida no Sistema de Seguridade Social como política social pública deixando de ser vista como favor ou caridade e sendo reconhecida como direito do cidadão e dever do Estado.

Segundo a Constituição federal, em seu artigo 194 a Seguridade Social:

"compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos a saúde, à previdência e à assistência social".

A política de assistência social a partir da Constituição Federal de 1988 visa, de forma gratuita, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre mediante a defesa e garantia dos direitos sociais que tem como princípios a equidade e a justiça social.

O desafio, atualmente, segundo Potyara Pereira (2001), é pensar numa política de assistência social que deixe de ver a exclusão como uma anomalia social e passe a entendê-la como um fenômeno histórico, passível de explicação e tratamento científico e que o atendimento seja mais abrangente não restringindo-se apenas aos mais miseráveis, mas atendendo também aos pobres e as vítimas da desigualdade social. A assistência social precisa ser redistribuidora de renda e de riqueza e necessita de um maior comprometimento do Estado e de um maior controle democrático por parte da sociedade buscando o enfrentamento das questões sociais.

A Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social vem regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição referente à Assistência Social e tem como diretriz fundamental a descentralização político-administrativa e a participação popular na Política de Assistência Social. A descentralização político - administrativa e a participação popular permitem a instalação do controle social, ou seja, a sociedade organizada passa a intervir nas políticas públicas interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação da Assistência Social

A LOAS têm como objetivo, conforme o seu artigo 2º:

“I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e a velhice;

II – o amparo a crianças e adolescentes carentes;

III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua reintegração à vida comunitária;

v – a garantia de um salário mínimo mensal à pessoas portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família”.

Estes objetivos abrangem uma população alvo que, muitas vezes, está fora do mercado de trabalho como as gestantes, crianças, idosos e portadores de deficiência. Esses grupos precisam de proteção, amparo e capacitação para que conquistem sua autonomia e exerçam a cidadania através do acesso às políticas sociais. Além desses objetivos as entidades devem observar os princípios da assistência social conforme prevê o artigo 4:

“A assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito a dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- v – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão”.

Portanto, se de um lado a LOAS defende a igualdade no acesso aos direitos, de outro ela prevê a supremacia do atendimento aos mais vulneráveis, sendo regida pelo princípio da equidade.

O sistema descentralizado e participativo da assistência social é composto pelos órgãos gestores que são a Secretaria de Estado de Assistência Social em âmbito nacional e suas equivalentes nos estados, Distrito Federal e municípios; pelas instâncias deliberativas que são os conselhos nacional, estaduais, municipais e do DF; pelos instrumentos de gestão que são os planos nacional, estaduais, do DF e municipais de assistência social e pelas estruturas financeiras constituídas pelos fundos nacional, estaduais, do DF e municipais. O

Sistema envolve, ainda, a rede de entidades assistenciais não - governamentais que executam ações de assistência social com recursos públicos.

Para o exercício do controle social e do acompanhamento das atividades assistenciais realizadas pelas entidades, um dos mecanismos é a instituição dos Conselhos de Assistência Social. Os conselhos fortaleceram-se a partir das eleições de 1988 quando foram empossadas administrações populares em várias cidades buscando desenvolver a participação popular. No mesmo ano, a nova Constituição Federal propõe o reordenamento político administrativo baseado na gestão descentralizada das políticas públicas para garantir a autonomia administrativa aos Estados e Municípios e, principalmente, garantir à população a possibilidade de participar da elaboração das políticas públicas visando os interesses da coletividade.

Ou seja, para a operacionalização da gestão descentralizada da Política de Assistência Social fez-se necessário a criação dos Conselhos de Assistência Social, já mencionados anteriormente.

Conforme o artigo 16 da LOAS, os conselhos são definidos legalmente como “instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil”.

Ser deliberativo significa possuir real poder de decisão sendo autoridade máxima no controle das políticas públicas. Quanto a paritariedade, significa que os conselhos devem constituir-se por representantes do governo e, em igual número, por representantes da sociedade civil. Os conselhos são responsáveis pela formulação e fiscalização da execução da política de assistência social através do controle das ações desenvolvidas pelo setor público e também pelas entidades privadas.

Segundo Boschetti (2001), o principal risco deste sistema é a tendência de reduzir a descentralização a uma simples transferência de atribuições e responsabilidades aos estados e, sobretudo, aos municípios, sem a correspondente transferência de recursos financeiros, humanos e materiais e, principalmente, sem dividir o poder político de tomada de decisão. Para minimizar este risco a Secretaria de Estado de Assistência Social, de âmbito nacional, deve respeitar a autonomia dos municípios defendida pela LOAS dando liberdade a execução dos planos municipais. Igualmente, o Fundo Nacional de Assistência Social não deve omitir-se com relação ao repasse de recurso federal às demais esferas governamentais para que os projetos formulados sejam de iniciativa dos governos municipais. Para consolidar o sistema descentralizado e cumprir a legislação, o governo federal deve ter como parâmetro o reconhecimento da municipalidade como espaço de poder local autônomo e não como mera executora das ações definidas pela esfera federal.

No artigo 1º a LOAS considera assistência social como um direito aos mínimos sociais para garantir o atendimento das necessidades básicas. “Mínimos Sociais” segundo Potyara Pereira (2002), é a satisfação das necessidades básicas não somente sob a dimensão das necessidades naturais que são aquelas indispensáveis a sobrevivência, mas também a partir de outras necessidades fundamentais como o lazer, a convivência comunitária, a segurança econômica, o acesso a educação fortalecendo a autonomia individual entre outras. O atendimento exclusivo das necessidades naturais não traz dignidade e cidadania ao homem. Entretanto, os seguidores da ideologia neoliberal se habituem a usar o termo “mínimos sociais” onde “mínimos” designa cortes de gastos com encargos sociais acarretando na satisfação de necessidades igualmente “mínimas”, atendendo, na melhor das hipóteses, somente as necessidades naturais indispensáveis a sobrevivência.



Para Doyal e Gough (2002) a identificação objetiva e universal das necessidades humanas básicas são a saúde física e a autonomia do indivíduo pelas quais podem se alcançar maior nível de participação social.

A concepção de mínimos sociais que predomina no Brasil e na maior parte do mundo é aquela baseada na ideologia neoliberal em que o Estado intervêm de forma limitada, garantindo algumas funções básicas e provendo um mínimo de assistência às condições de pobreza extrema.

A satisfação das necessidades básicas no contexto nacional acontece a partir da satisfação de um padrão de necessidade abaixo das necessidades mínimas, ou seja, as necessidades mínimas de alimentação e habitação, por exemplo, não estão sendo contempladas de forma universal. Mesmo àqueles em que os mínimos sociais são atendidos, é necessário mais do que isso para o real exercício da cidadania. As pessoas necessitam de lazer, segurança econômica, acesso à educação, entre outras satisfações básicas para terem igualdade de condições frente ao mercado de trabalho. Não é possível, de acordo com Potyara Pereira (2002), que as pessoas sintam suas necessidades básicas (e não “mínimas”) atendidas vivendo apenas para sobreviver e o seu trabalho servindo somente para manter condições mínimas à reprodução do próprio trabalho.

Quanto ao financiamento da Assistência Social, a Constituição Federal e a LOAS definem que o mesmo se integra ao orçamento da Seguridade Social, é responsabilidade dos três níveis de governo e da sociedade e que os recursos serão transferidos da União para os estados, Distrito Federal e municípios.

Após o estabelecimento da LOAS a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB2 – AS, em 1999, vem disciplinar os procedimentos operacionais para a implementação da Política Nacional de Assistência Social e delinear o sistema

descentralizado e participativo da assistência social delimitando os papéis e atribuições do Estado, das organizações não governamentais que executam ações assistenciais, da sociedade civil e estabelecendo as competências das comissões e dos órgãos de controle social representados pelos Conselhos de Assistência Social .

Os princípios e diretrizes da NOB2 – AS são baseados naqueles estabelecidos pela LOAS:

1. Os princípios estabelecidos em relação à administração e gestão das ações são: a responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social, a participação popular na formulação desta política e no controle de suas ações, a descentralização político-administrativa da assistência social e a centralidade na família para implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

2. Diretrizes: participação da sociedade civil na formulação da política e no controle das ações em todos os níveis de governo, promoção de ações integradas e articulação com outras políticas sociais nos três níveis de governo, estímulo a ações que promovam integração familiar e comunitária e desenvolvimento de ações que visem a geração de renda.

Quanto aos destinatários da Política Nacional de Assistência Social A NOB2 – AS considera aqueles segmentos populacionais involuntariamente excluídos das políticas sociais básicas, do acesso ao trabalho e dos bens e serviços produzidos pela sociedade, podendo ser enquadrados em condições de vulnerabilidade ( crianças de 0 à 5 anos e idosos acima de sessenta anos), condições de desvantagem pessoal ( resultantes de deficiência física ou incapacidades) ou em situações circunstanciais e conjunturais (moradores de rua, migrantes, dependentes do uso e vítimas da exploração comercial das drogas e etc).

Segundo a NOB2 – AS, cabe a Assistência Social o desempenho de quatro funções distintas:

- Inserção – inclusão dos destinatários da assistência social nas políticas sociais básicas proporcionando-lhes o acesso a bens e serviços;
- Prevenção – criação de apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade evitando que o cidadão perca o acesso que já possui a bens e serviços ou abaixe o patamar de renda alcançado;
- Promoção – função de promoção da cidadania e de defesa de direitos;
- Proteção – atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente através da redistribuição de renda direta ou indireta.

Essas funções são desenvolvidas por intermédio do Benefício de Prestação Continuada, dos Benefícios Eventuais, dos Serviços Assistenciais, dos Programas e dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza.

No item sobre Gestão Financeira a NOB2 – AS determina a criação dos fundos de assistência social em cada esfera de governo. Ela determina também as competências dos níveis de governo e os modelos de gestão, delimitando as funções do Gestor Federal, do Gestor Estadual, do Gestor Municipal e do Gestor do Distrito Federal

Por fim a NOB2 - AS dispõe sobre as competências das Instâncias de Decisão e Negociação que são os Conselhos de Assistência Social e as Comissões Intergestoras.

Após o entendimento da política de assistência social e da Loas, estudaremos o conceito de entidade de assistência social, tendo em vista que as entidades são parte integrante desta política pública e compõem o sistema descentralizado e participativo da assistência social.

## **1.2. As Entidades de Assistência Social:**

No universo das entidades sociais existem aquelas que são denominadas de Organizações Governamentais, as quais se encontram sob a administração e responsabilidade do Estado e aquelas que são chamadas de Organizações Não-Governamentais - ONGs, que, por sua vez, se encontram sob a responsabilidade da sociedade civil e se organizam espontaneamente para a execução de atividades que visam o interesse público. As ONGs são regidas por estatutos, têm finalidade não lucrativa e são consideradas como uma das formas de organização do terceiro setor. São as entidades sociais que formam a rede de atendimento da política de assistência social. Essas entidades são definidas conforme art 3º da LOAS

“Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.”

As entidades de assistência social sejam elas governamentais ou não, formam o sistema descentralizado e participativo da Política de Assistência Social, conforme o artigo 6º da LOAS:

"As ações na área da assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo, constituído pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta lei, que articule meios, esforços e recursos, e por um conjunto de instâncias deliberativas compostas pelos diversos setores envolvidos na área".

E ainda, para que as entidades se caracterizem como sendo de assistência social elas precisam ter objetivos que busquem a promoção ou a defesa de direitos da população abrangida pela LOAS, conforme já citamos em seu artigo 2º.

As Entidades de Assistência Social se inserem em contextos histórico, econômico e político diferenciados atuando como mediadoras da relação de poder entre as classes sociais e entre Estado e sociedade envolvendo valores éticos, morais, religiosos, filosóficos e humanísticos relativos às condições de vida das pessoas. Elas podem se caracterizar como distribuidoras de favores ou efetivadoras de direitos, conforme a concepção de seus membros sobre o conceito de cidadania. A assistência enquanto favor considera, dentro da sociedade, relações individuais, ao passo que a assistência vista como controle social visualiza preferencialmente as relações de exploração, de poder e considera esta política pública como direito e como construção da cidadania na correlação de forças sociais.

As Entidades de Assistência Social são formas de organização social influenciadas pelo contexto histórico, cultural, político, econômico e religioso de cada povo e atuam no processo de controle social, de defesa de direitos e de redistribuição da riqueza socialmente produzida. Por trás delas muitas vezes se escondem relações de poder, de transferência de recursos e da prática do clientelismo através da troca de favores políticos, pois num país desigual como o Brasil, a fundação de uma entidade dá ao fundador a “fama” de amigo do povo e muitas vezes este se candidata a algum cargo político. Os fundadores advêm de várias classes sociais e, em geral, são religiosos, empresários, professores, profissionais liberais, autônomos, assalariados e donas de casa. Segundo um estudo de Faleiros (1990), das entidades financiadas pelo programa Criança Esperança (UNICEF), 34,3% das delas foram fundadas por religiosos, 17,7% por autônomos e assalariados, 16,7% por professores, 7,4% por comerciantes e profissionais liberais. 6,6% por donas de casa e 5,6% por pessoas ligadas ao poder judiciário. E ainda, Valladares e Impezieri(1991) destacam que de 619 instituições e projetos na área da infância no Rio de Janeiro, 45% são de iniciativa religiosa (24% católicos). A partir deste panorama, tendo em vista que o maior número de

fundadores são religiosos, constatamos que a assistência ainda está associada à caridade e ao dever moral de ajudar o próximo tornando equivocado o conceito de assistência social e dificultando a legitimação da Política de Assistência Social como política pública e garantidora de direitos. Outra observação que podemos destacar é que, segundo Faleiros (1997), a diversidade de fundadores mostra a complexidade de relações em que se inscrevem estas entidades, pois os atores que as fundam estão articulados a relações de classe, de família, de partidos, de grupos com interesses culturais, econômicos ou eleitorais.

As entidades de assistência social além da legislação existente, devem seguir alguns princípios para atuarem junto às questões sociais, como o princípio da equidade e o princípio da transparência e integridade. O princípio da equidade significa que as entidades devem tratar a todos igualmente e honrar normas de equidade na distribuição de benefícios, ou seja, tratar desigualmente pessoas em condições desiguais estabelecendo ações de inclusão dos mais desfavorecidos social, cultural ou economicamente. O princípio da transparência e integridade significa que as entidades devem operar de forma aberta e honesta tornando públicos sua prestação de contas, seus planos de ação entre outros assuntos de interesse dos usuários e da sociedade de forma geral.

Quanto aos tipos de entidades, Faleiros as classifica de acordo com a dinâmica histórica em que foram surgindo. Para caracterização das mesmas destacamos alguns aspectos, tais como:

- Os serviços prestados podem ter caráter de tutela ou de promoção da independência do sujeito, pois podem manter relações de controle ou podem desenvolver a autonomia dos sujeitos, através da educação e capacitação.

- O atendimento pode ser focalista, direcionado a um determinado grupo portador de um carência social como pode prestar atendimentos universais.
- As entidades podem cobrir necessidades sociais básicas para garantir a sobrevivência física através da alimentação e abrigo, como podem incentivar também o acesso a cultura e ao lazer. Cabe lembrar que a perspectiva que contempla a cidadania articula direitos e necessidades (não só as necessidades de sobrevivência física).
- Quanto à direção da entidade, esta pode centrar-se em uma única pessoa ou família, como pode estar baseada em conselhos eleitos amplamente, de forma democrática.
- A entidade pode compor-se, em maior número, de voluntários ou de profissionais. O trabalho voluntário muitas vezes tem caráter religioso.
- Quanto à relação da entidade com a família, esta pode agir através da relação de complementaridade (a entidade trabalha junto ou incentiva convivência de seus usuários com sua família), como pode agir através da relação de substituição da família do usuário.
- A gratuidade dos serviços pode caracterizar a relação da entidade com o mercado. Ou seja, se a maioria dos serviços prestados forem gratuitos, a entidade caracteriza-se como sendo sem fins lucrativos. Sendo assim, o dinheiro arrecadado pela entidade está sendo totalmente aplicado nos serviços assistenciais. Entretanto, quando os serviços prestados não são gratuitos, ela se caracteriza como uma entidade que visa o lucro, trabalha de acordo com a lógica de mercado e vende serviços.

- As entidades podem ser autônomas ou não em relação ao Estado, atendendo ou não a interesses públicos através de contratos, convênios, troca de serviços ou isenções fiscais.

A partir da combinação destas características, segundo Faleiros (1997), as entidades podem ser classificadas como:

- Religiosas: os serviços prestados estão vinculados a uma religião ou a uma proposta religiosa. Atende a uma população diversificada de crentes e não crentes e o trabalho se consiste, prioritariamente, no acolhimento ou abrigo das pessoas aliado a formação religiosa.
- Caritativas ou associativas: são sociedades tradicionais fundadas por grupo de pessoas como professores, desembargadores, donas de casa, fornecendo abrigo a crianças, adolescentes, idosos, doentes, gestantes, caracterizando-se como proteção transitória. Há forte presença de voluntários e pouca qualificação profissional. Faleiros (1997) chama a atenção para a importância da qualificação dos profissionais que trabalham junto aos usuários e do planejamento das ações sociais através da pesquisa sobre a realidade local para uma melhor identificação das demandas. Têm forte vinculação com seus fundadores ou seus seguidores e representantes.
- Entidades provedoras de serviço e de defesa de direitos: são entidades incentivadoras do exercício da cidadania, prestando serviços a minorias oprimidas (grupos historicamente discriminados), articulando a defesa de seus direitos civis, políticos e sociais.



- Estatais Orientadas: estão inseridas na relação Estado-sociedade, sendo marcadas por atividades precárias, pelo descomprometimento do Estado com as políticas sociais e pelo intenso processo de terceirização dos serviços.
- Filantrópico-empresariais: são as entidades que, sob forma de fundação, dependem de empresas, bancos ou multinacionais, realizando atendimento aos próprios funcionários ou trabalhando na promoção e defesa de direitos.

Dentro da atual conjuntura neoliberal constatamos uma crescente transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade no que diz respeito ao enfrentamento das questões sociais. É neste contexto que acontece a ascensão do Terceiro Setor e do voluntariado. O Estado estimula a expansão do mesmo através das subvenções sociais direcionadas às entidades.

A denominação “Terceiro setor” é recente e pouco utilizada e aqueles que utilizam este termo consideram o Estado como o Primeiro Setor e o mercado como o Segundo Setor.

A partir do entendimento das ONGs e do Terceiro Setor de forma mais genérica, no próximo item estudaremos o novo Marco Legal da Política de Assistência Social abordando a transição da antiga concepção de entidades filantrópicas para a atual concepção das Entidades Benéficas de Assistência Social e as OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que podem ser consideradas como subcategoria das ONGs.

### **1.3. A Nova legislação: de “entidades filantrópicas” à “entidades beneficentes de assistência social”.**

As entidades sociais, governamentais ou não, fazem parte do universo do chamado “Terceiro Setor”. Sobre o terceiro setor, Simone Coelho (2000) cita que, alguns pesquisadores avaliam que o termo

“expressa uma alternativa para as desvantagens tanto do mercado, associadas à maximização do lucro, quanto do governo, com sua burocracia inoperante. Combina a flexibilidade e a eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública”.

O Terceiro Setor se caracteriza por iniciativas de participação cidadã e representa as ações não executadas pelo Estado e que se tornam onerosas demais para serem executadas pelo mercado.

As legislações do Terceiro Setor normatizam a relação entre Estado e Sociedade e tratam do desempenho de ações no campo das políticas públicas e do acesso de organizações sem fins lucrativos aos recursos públicos, conforme preconiza o artigo 195, parágrafo 7, da Constituição de 1988, no capítulo da Seguridade Social:

“isenção da contribuição previdenciária às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

A partir do Terceiro Setor inicia-se o processo de discussão sobre o papel ativo do cidadão como agente da sociedade civil e a partir da idéia de que cada pessoa é responsável pela formação da nossa sociedade e que todos devem “fazer algo pela solidariedade” o trabalho voluntário vai organizando – se em substituição aos serviços oferecidos pelo Estado.

Segundo Johnson:

“o voluntariado, ou trabalhadores voluntários, em seu sentido mais puro, são pessoas que não recebem remuneração pelo o que fazem, ainda que possam ser reembolsadas pelos gastos que efetuam no exercício de suas ações. Não obstante, atualmente, o termo “voluntário” tem sido também empregado para designar pessoal não profissionalizado que recebe uma pequena remuneração pelos seus serviços”.

De acordo com Boschetti (2001), a relação entre poder público e as entidades assistenciais foi tradicionalmente marcada no Brasil pelo princípio do dever moral e orientada pela lógica da filantropia e da benemerência. Como a assistência social não era reconhecida como direito social, as práticas assistenciais executadas tanto pelas entidades não - governamentais como pelas entidades governamentais orientavam-se sem a exigência de planejamento que indicasse suas funções, os benefícios e beneficiários, o orçamento e seus critérios de aplicação e distribuição, bem como sua forma de gestão. Essas práticas estão fortemente enraizadas na cultura política brasileira e o reconhecimento legal da assistência como direito não provoca uma inversão automática dessas práticas. Entretanto, o reconhecimento legal estabelece direitos e deveres que constituem a fundamentação da possibilidade de reversão da lógica do favor para a lógica do direito.

Segundo Sposati (2001), a relação entre assistência social e filantropia pontuam as distâncias entre o paradigma tradicional conservador e o paradigma progressista, fundado na justiça social, na leitura crítica das desigualdades sociais e no processo redistributivo das riquezas. Somente o paradigma progressista permite referenciar a assistência social como uma política de direitos. No paradigma conservador, o direito é interpretado como concessão através de ações filantrópicas.

A concepção de justiça social segundo a visão progressista, supõe o compromisso do Estado no que diz respeito ao acesso às necessidades sociais em padrões dignos, independentemente da situação de trabalho. Ao passo que, segundo a visão conservadora,

que prega a versão filantrópica, a assistência social deve acontecer na âmbito da moral privada e não no âmbito da ética social e pública. Este modelo conservador que trata o Estado como uma grande família, na qual as esposas dos governantes é que cuidam dos necessitados reforçando a lógica do não direito e da subalternidade, é chamado de Estado patrimonial.

Dessa forma alguns políticos conservadores doam esmolas ou contribuições e entendem o poder público como uma "distribuição filantrópica de bens", deslocando o poder do Estado para as instituições de filantropia que nem sempre mantêm uma clara relação de parceria fundada na política asseguradora de direitos. São ações que negam direitos ao invés de afirmá-los.

Para Sposati ( 2001), um dos impactos da concepção neoliberal no campo da assistência social é a (re)filantropização dos serviços sociais e, ao invés destes serem tidos como direitos sociais, são repassados como concessões filantrópicas mediadas por várias organizações sociais, cuja seleção para estabelecer contratos com o poder público não alcança o controle social pleno.

Ao reconhecer a assistência como direito, a LOAS não se opõe a existência das organizações não - governamentais. Ela exige, porém, que suas ações se desenvolvam a partir das indicações apresentadas pela nova Lei, ou seja, submetendo-se a lógica do direito e do dever legal. A sociedade civil pode também se responsabilizar pelas desigualdades sociais e pela redistributividade da riqueza socialmente produzida. Entretanto, qualquer ONG que conte com recursos públicos, deve estar assentada na concepção de política pública e no compromisso do Estado com as questões sociais, colaborando com a universalização dos direitos através da co-responsabilização social. As organizações de assistência social são definidas pela legislação a partir de um critério principal: o da não -

lucratividade, conforme prevê o artigo 3º da LOAS já mencionado no item anterior. Também são incluídas no conceito de entidade assistencial aquelas instituições que assessoram e atuam na defesa de direitos e não apenas aquelas envolvidas na execução direta de ações assistenciais.

O artigo 9º da LOAS, prevê em seu parágrafo terceiro:

" A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidades de fins filantrópicos junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS."

De acordo com o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.129-6, de 23 de fevereiro de 2001, o § 3º do artigo 9 da LOAS, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º A inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, é condição essencial para o encaminhamento de pedido de registro e de certificado de entidade beneficente de assistência social junto ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS".

Conforme Boschetti (2002), esta mudança de entidades filantrópicas para entidades beneficentes de assistência social representa a transição do certificado de fins filantrópicos para uma nova denominação de registro no CNAS que é o certificado de entidade beneficente de assistência social - CEBAS. Isso porque o termo "entidade filantrópica" designa filantropia, que por sua vez, sugere favor, benesse ou caridade. Tendo em vista que a LOAS sugere a extinção dessas antigas concepções e o reconhecimento da assistência social como direito, este termo teve que ser modificado para "entidade beneficente de assistência social". Ainda que tenha se mantido o termo "beneficente", fez-se uma diferenciação entre filantropia (fazer caridade) e beneficiar (fazer benefícios) com recurso público. Além disso, o termo teve que ser modificado porque o artigo 3 da Loas já

menção o termo “entidades ou organizações sociais”, o que se contrapõe ao termo “entidades de fins filantrópicos”.

As entidades beneficentes de assistência social são aquelas que teoricamente se dedicam à prestação de serviços de caráter assistencial e direto às populações em estado de exclusão social. São operadoras das políticas de atenção aos jovens e crianças carentes, idosos e dependentes químicos; profissionalizam; doam sangue, cesta básica; promovem os direitos humanos e a cidadania entre outras. Essas entidades possuem o Certificado de Utilidade Pública juntamente com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, concedido pelos Conselhos de Assistência Social. As entidades que possuem o CEBAS ficam isentas da cota patronal do INSS. A atual Constituição restringiu expressamente este benefício às entidades beneficentes de assistência social, conforme dispõe o §7 do artigo 195:

“São isentas de contribuição para a Seguridade Social às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei”.

A partir de uma nova resolução do CNAS (n 177, de 10 de agosto de 2000), vinha se definido quem são as entidades consideradas beneficentes de assistência social: tanto aquelas que prestam assistência específica a crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e família nos termos do artigo 195 da Constituição Federal (onde firma-se que a seguridade social será financiada pela sociedade, direta ou indiretamente, nos termos da lei mediante recursos da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal entre outras contribuições), quanto aquelas que atendem e assessoram os beneficiários da LOAS e promovem a sua inserção no mercado de trabalho. A resolução inclui ainda as entidades que prestam serviços gratuitos na área da saúde e educação, reconhecendo, desta forma, que

a assistência social faz parte das demais políticas sociais e deve ser pensada de forma articulada com as mesmas.

Boschetti (2001), faz uma reflexão sobre o assunto e chama a atenção para o fato de que se de um lado essa ampliação do conceito de entidade beneficente de assistência social reconhece a assistência como política pública que deve ser integradas as demais, de outro, abre possibilidades para que entidades privadas com fins lucrativos nas áreas de educação (faculdades) e de saúde (hospitais) recebam isenções com base em pretensas ações assistenciais.

Outro aspecto fundamental que caracteriza uma entidade como sendo beneficente de assistência social, segundo a Lei do CEBAS, é a gratuidade na prestação de serviços através da concessão de bolsas, da distribuição de cestas básicas, doações de roupas ou utensílios, formação profissional, abrigo, entre outros benefícios, conforme prevê o artigo 55 da Lei 8.212:

“aplicar anualmente pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços e de bens não integrantes do ativo imobilizado, bem como das contribuições operacionais em gratuidade cujo montante nunca seja inferior a isenção das contribuições previdenciárias usufruída”.

Entretanto, há entidades que fazem com que se pareçam entidades sociais através de irrisórias porcentagens de gratuidade para obter do governo recursos e subvenções fiscais, obtendo lucro através da assistência social. Outras entidades porém, seguem a legislação e algumas vezes até ultrapassam a porcentagem mínima com relação a gratuidade. É necessário que estas informações estejam esclarecidas no Estatuto da Entidade, definindo qual a proporção de atendimento não gratuito a ser realizado, já que a gratuidade deve ser, conforme prevê a LOAS, um princípio básico de uma entidade beneficente de assistência social. As entidades lucrativas também podem fazer filantropia com seus próprios recursos

se assim desejarem, mas não serão consideradas de assistência social porque ferem o princípio básico citado.

No Código Civil antigo poucas exigências eram feitas às ONGs com relação ao seu estatuto, no qual as entidades eram obrigadas a descrever:

- A denominação, os fins e a sede da associação ou fundação;
- o modo por que se administra e representa ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente;
- Se os estatutos, o contrato ou o compromisso são reformáveis no tocante à administração, e de que modo;
- Se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais;
- As condições de extinção da pessoa jurídica e o destino do seu patrimônio neste caso.

O restante das normas do estatuto ficava à critério das entidades, ou seja, havia muita liberdade para se determinar como administrar uma instituição.

De acordo com Rosa (2003), o Novo Código Civil Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, em vigor a partir de janeiro de 2003, incorpora uma nova exigência - as entidades devem ser de finalidade não econômica - conforme consta em seu artigo 53. Entretanto, de acordo com diversas interpretações, as entidades podem ter finalidade econômica sem ter fins lucrativos, ou seja, podem desenvolver atividades econômicas para manter a instituição aplicando o saldo dessas atividades em benefício dos interesses dos usuários sem visar o lucro.

Segundo dados da Filantropia.org, ONG destinada a dar suporte às instituições que desejam atuar em áreas assistenciais, existem no Brasil 220.000 entidades, sendo a maioria



não governamental, incluindo escolas, associação de bairros e clubes sociais. Esse estudo revela que as 400 maiores entidades representam, praticamente, 90% da atividade do setor.

As entidades beneficentes de assistência social devem atender aos interesses dos usuários ou da coletividade e devem ser sem fins lucrativos, pois a LOAS prevê o critério da não lucratividade e o atendimento ao público abrangido por esta lei. Muitas entidades que possuem o CEBAS, porém, são na realidade lucrativas e atendem a interesses particulares. A exemplo disso estão muitas escolas, universidades e hospitais que se julgam entidades não lucrativas por concederem um percentual ínfimo de bolsas de estudos ou leitos hospitalares gratuitos a usuários típicos da assistência social. Muitas vezes estas entidades beneficiam apenas os seus respectivos sócios. Por isso o número de entidades chega a 220.000.

Além das entidades beneficentes de assistência social, uma outra categoria é incorporada ao grupo das ONGs – as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs, conforme o disposto na Lei nº 9.790/99. Essas organizações são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público ao comprovar o cumprimento dos requisitos exigidos pelo governo federal e pelo Ministério da Justiça.

As OSCIPs são reconhecidas como tal por ato do governo federal, emitido pelo Ministério da Justiça, ao analisar o estatuto da instituição. Para obter a qualificação de OSCiP, uma entidade deve atender os requisitos expressos nos artigos 1, 2 e 3 da Lei nº 9.790/99. Resumindo:

- Ser pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos e lucrativos;
- Atender aos objetivos sociais e às normas estatutárias previstas na Lei;
- Apresentar cópias autenticadas dos documentos exigidos.

Esta lei não substitui a Declaração de Utilidade Pública Federal, fornecida pelo Ministério da Justiça, nem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social. Entretanto, segundo Rosa (2003), não há razões para as organizações civis ainda resistirem às mudanças do Marco Legal instituídas pela Lei 9.790/99 que é a que trata dos requisitos para o reconhecimento de uma entidade como OSCIP, pois ela reconhece iguais ou até maiores benefícios às OSCIPs. As principais mudanças e vantagem propostas por essa lei são, segundo o autor:

- Profissionalização, ou seja, o trabalho efetuado dentro do terceiro setor não pode ser fundamentado a partir de doutrinas religiosas e de benefícios concedidos por pessoas de boa vontade. As pessoas devem ser qualificadas para exercer suas funções visando a excelência dos resultados;
- Possibilidade de remuneração de seus dirigentes;
- Abrangência Institucional - Ampliação da finalidade de assistência social para, além da saúde e da educação, a promoção da cultura, a preservação do meio ambiente, a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, entre outras;
- Mecanismos de Planejamento, avaliação e controle dos projetos que envolvam recursos públicos e nova parceria com o poder público através do termo de parceria;
- Acesso a recursos públicos de forma menos burocrática e com maior controle público social;
- Benefício de isenção de Imposto de Renda mesmo remunerando dirigentes e profissionais contratados à atividade - fim, antes concedido somente a entidades possuidoras do Certificado de Utilidade Pública federal - UPF;

- Possibilidade de receber como doação bens apreendidos pela Receita Federal e/ou Polícia Federal;
- Possibilidade de utilização de bens de propriedade da união nos termos da Lei (Decreto nº 4.507/02);
- Possibilidade de receber recursos oriundos de pessoas jurídicas, deduzidos do pagamento do imposto de renda;

"Este título somente tem a acrescer a ONG, ele é incluyente no sentido de não excluir quaisquer outros benefícios concedidos por outros títulos já obtidos." Mendes (2003).

É importante lembrar que, por força da Lei nº 9.790/99, as entidades só poderão ter os dois títulos paralelamente - a OSCIPs e o CEBAS - até 2004. Após este período as entidades terão que escolher entre uma das duas designações.

Portanto, o CEBAS significa a transição da concepção de entidade filantrópica para a nova concepção de entidade beneficente de assistência social. Ele é emitido pelo CNAS e está submetido ao controle social desempenhado pelos Conselhos de Assistência Social. Dessa forma, as Entidades Benéficas de Assistência Social, ao contrário das OSCIPs, estão sob a fiscalização da sociedade civil inclusive no que diz respeito ao encaminhamento dos recursos públicos. As OSCIPs, entretanto, estão mais distantes da fiscalização da sociedade civil uma vez que não são exigidos a estas a inscrição em um órgão que desempenhe o papel de fiscalizador da Política de Assistência Social como é o caso dos Conselhos Municipais de Assistência Social. De acordo com o nosso entendimento, as OSCIPs são organizações submetidas a normas mais "flexibilizadas" ficando, portanto, isentas da submissão ao controle e fiscalização do governo e da sociedade. Essa nova

concepção de Entidade Benéfica de Assistência Social é que irá determinar os critérios para as inscrições de entidades no CMAS/Fpolis e no CNAS conforme estudaremos no capítulo seguinte.

## **Capítulo II – A Concepção de Entidade Beneficente de Assistência Social e uma Proposta para a Divulgação desse Novo Marco Legal.**

### **2.1. A Comissão de Registro e os Critérios para Inscrição no Conselho segundo o conceito de “entidade beneficente de assistência social”.**

Após a instalação do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS em quatro de fevereiro de 1994 e do Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC em 26 de dezembro de 1995 como órgãos superiores de deliberação colegiada, institui-se o CMAS de Florianópolis em 16 de julho de 1996.

Entretanto, o que impulsionou a criação do CMAS/Fpolis foi a fundação do Fórum Municipal de Assistência Social de Florianópolis em 29 de novembro de 1994. Em 4 de outubro de 1995 o Fórum realizou a Conferência Municipal de Assistência Social e nesta ocasião o Fórum apresentou o Projeto de Lei para criação do CMAS/Fpolis. Quase um ano depois institui-se o CMAS pela Lei n 4.958/96, vinculado a Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social, hoje Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social (SHTDS).

Dentre as competências do CMAS/Fpolis, podemos citar: definir prioridades para a Política de Assistência Social de Florianópolis, avaliar, analisar e aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, definir critérios para o estabelecimento de convênios entre o município e as entidades de assistência social através do registro<sup>1</sup> das mesmas no

---

<sup>1</sup> Atualmente a Comissão de Registro do CMAS/Fpolis está utilizando o termo “inscrição” ao invés do termo “registro” de entidades.

conselho, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social e controlar o funcionamento do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS.

O CMAS/Fpolis é composto por 14 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo que destes 14 membros, 07 são representantes governamentais e 07 são representantes da sociedade civil, nomeados pelo Prefeito Municipal, cujos nomes são encaminhados respeitando os seguintes critérios, de acordo com a Lei de criação:

- representantes governamentais: dois representantes do Comando Único da Assistência Social do Município, um da Área da Educação, um da Área da Saúde, um da Área da Habitação, um da Área do Trabalho e um da Área da Assistência Social;
- representantes da sociedade civil organizada (ONGs), entre estes: usuários e suas organizações, entidades prestadoras de serviços de Assistência Social e trabalhadores do setor.

A estrutura de trabalho do Conselho está constituída pela:

- Secretaria Executiva: é um órgão de apoio técnico - administrativo do CMAS, cedido pelo Poder Executivo, especialmente convocado para o assessoramento permanente ou temporário do CMAS;
- Plenária: é o órgão deliberativo do CMAS, constituindo-se pela reunião ordinária ou extraordinária de seus membros;
- Mesa Diretora: possui a função de coordenar as ações político – administrativas do CMAS, sendo eleita pela maioria absoluta dos votos da Plenária, para um mandato de um ano, permitida uma recondução e é composta pelos seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º Secretário e 2º Secretário;

- Comissões de Trabalho: é a reunião de pessoas encarregadas de estudar, examinar ou apurar determinado assunto. O CMAS, atualmente, possui três comissões de trabalho: a Comissão de Finanças, a Comissão de Políticas Públicas e a Comissão de Registro.

No dia 10/03/97 o Cmas/Fpolis formou a Comissão de Registro para estudar os critérios para o estabelecimento de convênios com entidades de assistência social, bem como o processo de registro das mesmas e o destino das verbas concedidas através do governo federal.

Cabe lembrar que a função do Conselho de acompanhar o processo de registro das entidades é de grande importância, pois viabiliza o exercício do controle social, tendo em vista que é o registro que viabiliza a concessão de recursos municipais, estaduais e federais às entidades de assistência social que os possuem, conforme o exposto no capítulo anterior sobre o artigo 9 da LOAS:

“O funcionamento de entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso”.

Além disso, a partir do registro, o CMAS/Fpolis consegue formar uma rede de atendimento para a população do município.

Os critérios observados pela Comissão de Registro para inscrição de entidades no conselho estão definidos na resolução nº 24 do CMAS de 21 de setembro de 2000 que dispõe em seu art 1º

“Estabelecer critérios para inscrição de Entidades de Assistência Social no CMAS”.

Estes critérios determinam, entre outras condições, que as entidades devem atender ao público abrangido pela LOAS, devem ter fim público, devem ser sem fins lucrativos,

devem executar prestação de serviços gratuitos e devem estar declaradas como entidade de Utilidade Pública.

A partir dos critérios mencionados a Comissão de Registro do CMAS/Fpolis organiza-se para realização do processo de registro de entidades, cuja metodologia é a mesma desde 1997, quando iniciou-se os primeiros registros. A seguir, explicaremos, por etapas, o processo de registro.

Os instrumentos utilizados pela Comissão de Registro para a realização do processo são: a Ficha Cadastral, com a devida análise documental e o Roteiro de Avaliação usado durante a visita a entidade. Tais instrumentos servem de subsídios para auxiliar o conselheiro na emissão do parecer sobre a entidade, concedendo ou não o registro no conselho. A Comissão de Registro realiza, em conjunto, uma análise sobre a entidade buscando fundamentar-se a partir do conceito de Entidade Beneficente de Assistência Social conforme já discutimos no item 1.3.

Para dar início ao processo de registro o representante da entidade deve ir até o CMAS/Fpolis e retirar a Ficha Cadastral ( vide anexo A ).

A Ficha Cadastral contém informações sobre: Identificação da Entidade; Informações Básicas da Entidade, Informações sobre o Atendimento e uma parte destinada para informações dos Recursos da Entidade. Além disso, a entidade deve anexar junto a Ficha Cadastral alguns documentos: o Estatuto da Entidade, a Ata de Posse da Diretoria; as Atas das três últimas Reuniões de Diretoria; os Decretos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal; o Plano de Trabalho da Entidade; o CNPJ ( Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) e o Balancete da Entidade. É através desses documentos que a Comissão de Registro confirma os dados preenchidos na Ficha Cadastral.



Ao entregar no Conselho a Ficha Cadastral preenchida junto com os documentos solicitados em anexo, a secretaria executiva confere se todos os itens foram preenchidos e se os documentos estão em anexo. Após esta verificação a secretaria executiva encaminha a documentação à Comissão de Registro.

A Comissão de Registro inicia a análise da entidade a partir dos dados contidos na Ficha Cadastral e nos documentos em anexo. Na maioria das vezes, dois conselheiros são responsáveis pela análise, um governamental e outro não-governamental.

Após a verificação da Ficha Cadastral e dos documentos em anexo, os conselheiros marcam uma visita à entidade. Durante a visita os conselheiros utilizam o Roteiro de Avaliação das Entidades ( vide anexo B) onde são estabelecidos aspectos importantes a serem observados sobre a entidade. Nesta visita à entidade os conselheiros buscam identificar os projetos e ações desenvolvidas; a finalidade da entidade; se a mesma possui personalidade jurídica de direito privado; se possui caráter não-lucrativo; a gratuidade do atendimento e se possui fim público atendendo ao público abrangido pela LOAS.

Outros dados a serem observados é a área de atuação da entidade e a população alvo, considerando como prioridade o atendimento aos mais excluídos ou pessoas em condições de vulnerabilidade social. Além disso, o conselheiro observa a média de atendimento através dos arquivos da entidade, muitas vezes, percebendo também a demanda que está aguardando atendimento.

É importante observar a localização da sede ou programa para se verificar se na região não existe outro atendimento similar, se é próximo da população atendida e se o atendimento é de fácil acesso. Também se verifica as instalações físicas e se a entidade possui equipamentos adequados ao tipo de atendimento.

Em relação ao atendimento é avaliada a qualidade do mesmo, se possível consultando seus usuários e verificando se a entidade possui formas de avaliação do trabalho que desenvolve.

Sobre a Direção da Entidade se verifica se a diretoria recebe remuneração, se existe grau de parentesco entre seus membros e sua capacidade técnica e gerencial.

No que se refere aos recursos humanos, é analisado o quadro de funcionários e de voluntários, sua formação e as formas de capacitação - periodicidade, pessoal envolvido na capacitação e qualidade da mesma.

Observa-se também, quando existe, a relação entre Entidade Mantenedora e Entidade Mantida, verificando-se o financiamento das ações ou outras formas de apoio e a autonomia das entidades mantidas.

Durante a visita os conselheiros fazem também uma avaliação do Balancete, verificando receitas e despesas da entidade e, por fim, verifica-se a sistematização dos atendimentos, observando se a entidade possui relatório dos atendimentos realizados.

Depois da visita à entidade e da avaliação de sua documentação, os conselheiros emitem, em conjunto, um Parecer Final (conforme consta no Manual de Processo de Registro de Entidades que elaboramos e anexamos), concedendo ou não Registro à entidade ou ainda, concedendo Registro Provisório. Este parecer é apresentado em plenária sendo aprovado ou não.

Quando o parecer é negado encaminha-se um ofício a entidade explicando os motivos do mesmo. Se o parecer conceder o Registro Provisório, encaminha-se um ofício de adequação sugerindo modificações e depois de 6 meses é realizada uma nova visita para uma nova avaliação. Caso a entidade tenha se adequadado é concedido Registro válido por três anos, caso contrário seu Registro Provisório pode ser prorrogado por mais seis meses.

Depois disso, é realizada uma nova visita em que a entidade é novamente avaliada. Caso tenha se adequadado é concedido o Registro válido por três anos, caso contrário o processo é arquivado e se a entidade requerer novamente o registro, a mesma deve iniciar outro processo.

O registro no CMAS/Fpolis permite que a entidade tenha acesso ao financiamento público através de convênios.

Cabe também informar que no âmbito estadual o Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina - CEAS/SC têm como principais funções acompanhar e fiscalizar a execução da política de assistência social no estado através da verificação do Plano Estadual de Assistência Social e do acompanhamento das ações do Fundo Estadual de Assistência Social.

Além disso, o CEAS/SC concede Certificado de Registro as entidades em caráter excepcional, quando a entidade atende a mais de um município do estado e não consegue obter o Certificado de Registro do CMAS. Os critérios para obtenção de registro no CEAS são os mesmos previstos pela LOAS e determinam que entidade não deve possuir fins lucrativos, deve atender aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como zelar pela garantia de seus direitos.<sup>2</sup> O registro no CEAS/SC permite que a entidade receba, além das subvenções fiscais, recursos do Fundo Estadual de Assistência Social.

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS têm como objetivos acompanhar e fiscalizar a execução da Política Nacional de Assistência Social, bem como

---

<sup>2</sup> Esta informação foi fornecida de forma verbal e extra-oficial pela presidente do CEAS/SC, Sra. Alaor Carvalho. Por esse motivo o CMAS/SC mandará um ofício ao CEAS/SC perguntando sobre o processo de registro de entidade para que possamos obter uma resposta formal sobre o assunto.

acompanhar o planejamento desta política e os investimentos do Fundo Nacional de Assistência Social.

No CNAS poderão obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS as entidades que, sem fins lucrativos, promovam: a proteção e amparo à família, à infância, à maternidade, à adolescência e a velhice; ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração á vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência; a integração ao mercado de trabalho; a assistência educacional ou de saúde; o desenvolvimento da cultura; o atendimento e assessoramento aos beneficiários da LOAS e a defesa e garantia de seus direitos.

O pedido de registro deve ser feito no CNAS, diretamente no protocolo do Conselho Nacional de Assistência Social em Brasília ou enviado pelo Correio ao endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Anexo ala "A" - 1º andar - Cep 70.059-900 Brasília/DF. A entidade deverá preencher a Ficha de Requerimento de Registro de Entidade e apresentar os seguintes documentos:

- O Estatuto da Entidade
- Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- Declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e no qual conste a relação nominal, dados de identificação e endereço dos membros da diretoria da entidade, conforme modelo fornecido pelo CNAS, assinado pelo dirigente da instituição.

- Relatório de atividades, assinado pelo presidente legal da entidade em que se descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas.
- Cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- Cópia do Documento de Inscrição no CNPJ (antigo CGC) do Ministério da Fazenda, atualizado.
- No caso de Fundação: cópia autenticada de escritura de sua instituição e comprovante de aprovação dos estatutos pelo Ministério Público.

O CNAS julgará a solicitação da entidade e, no caso de indeferimento, caberá pedido de reconsideração ao próprio CNAS num prazo de 10 dias, contados da data de ciência da decisão e comprovado através de Aviso de Recebimento (AR). Mantida a decisão de indeferimento, cabe recurso ao Ministério de Estado da Previdência e Assistência Social.

Em caso de deferimento, o Atestado de Registro fornecido pelo CNAS, tem validade por tempo indeterminado. Este atestado permite que a entidade receba recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, além das isenções fiscais da cota patronal no INSS.

Para a manutenção do Atestado de Registro, a entidade deverá comunicar ao CNAS qualquer alteração sobre a entidade, manter devidamente atualizado os dados cadastrais (endereço, telefone, sede) e apresentar outras informações ou documentos quando solicitados pelo Conselho.

A entidade poderá ter registro cancelado, através de processo administrativo, se ficar comprovada irregularidade na gestão administrativa.

Neste item buscamos esclarecer sobre a estrutura do CMAS/Fpolis e sobre os critérios e o processo para inscrição de entidades no Conselho a partir da influência da nova concepção de Entidade Beneficente de Assistência Social. Estas informações ajudarão a subsidiar a elaboração da Proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades que apresentaremos no item 2.3.

## **2.2. Antecedentes da Proposta de Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades**

Para melhor subsidiar a elaboração da Proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades e para melhor justificar esta proposta, entrevistamos três membros da Comissão de Registro do CMAS/Fpolis. Nesta entrevista fizemos dois questionamentos:

- ◆ Como os membros da Comissão de Registro caracterizariam uma entidade como sendo de assistência social ?
- ◆ Quais as principais dúvidas dos dirigentes das entidades que procuram o CMAS/Fpolis para solicitar registro ?

A primeira questão buscou entender a concepção de entidade de assistência social no CMAS/Fpolis com a finalidade de esclarecer melhor sobre este assunto na Proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades. A Segunda questão buscou conhecer as principais dúvidas das entidades sobre o processo de registro para que possamos tentar esclarecê-las na Proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades.

Sobre a concepção de entidade de assistência social, os membros da Comissão de Registro apontaram como principais características:

- ◆ Atender prioritariamente ao público alvo previsto na LOAS;
- ◆ Prestar atendimento gratuito;
- ◆ Realizar atendimento sistemático e contínuo de modo que se incentive a promoção e a autonomia do indivíduo;
- ◆ Ser uma entidade de caráter não-lucrativo e não remunerar seus dirigentes;

- ◆ Deve realizar projetos articulados a outras entidades e ou a rede assistencial local;
- ◆ A concepção filosófica da entidade deve defender a emancipação dos usuários e entender a assistência social como direito e não como favor.

Sobre as dúvidas dos dirigentes das entidades acerca do processo de registro, os membros da Comissão de Registro citaram como principais:

- ◆ Desconhecimento sobre a utilidade do Certificado de Inscrição no CMAS/Fpolis, bem como sobre o papel do Conselho no controle social para fiscalização do destino dos recursos públicos;
- ◆ Desconhecimento sobre rede assistencial e política de assistência social de modo geral;
- ◆ Dificuldade de elaboração de projetos sociais em razão do desconhecimento das demandas locais;
- ◆ Dificuldade de elaborar Plano de Trabalho e Balancete Financeiro.

Essas informações confirmaram a necessidade de se elaborar um manual que esclarecesse sobre os critérios de inscrição de entidades no CMAS/Fpolis com base na nova concepção de Entidade Beneficente de Assistência Social. Com suporte nessas informações, além da vivência de estágio e da revisão de literatura pertinente, esboçamos uma Proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades no CMAS/Fpolis.

A seguir apresentaremos esta proposta considerando o que está previsto na LOAS e a concepção dos membros da Comissão de Registro sobre o conceito de entidade beneficente de assistência social buscando esclarecer as principais dúvidas das entidades sobre o processo de registro.



## **2.3. A Proposta de Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades <sup>3</sup>**

### **2.3.1. Apresentação**

A organização deste manual surgiu da necessidade de informar às entidades que ainda não possuem o Certificado de Registro e a sociedade de modo geral, sobre o processo de solicitação e obtenção do mesmo.

Em 1988 a Assistência Social foi inserida na Constituição Federal dentro do tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, sendo compreendida como política social pública, deixando de ser vista como favor passando a ser compreendida como direito. Cinco anos depois, a Lei Federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), regulamentou os artigos 203 e 204 da Constituição referente à Assistência Social, enfatizando esta política como direito do cidadão e dever do Estado. A LOAS prevê a Assistência como Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais a quem dela necessitar e tem como objetivos a proteção e o amparo à família, à maternidade, à infância, à adolescência, ao portador de deficiência, ao idoso e a promoção da integração ao mercado de trabalho.

O artigo 5º da LOAS, inciso I e II, prevêem, respectivamente, a descentralização político-administrativa para Estados e municípios e a participação da população em organizações representativas formulando políticas e controlando as ações em todos os níveis. A partir dessas diretrizes surgem o Conselho Nacional de Assistência Social e os

---

<sup>3</sup> Alguns conteúdos já mencionados ao longo deste trabalho serão repetidos em virtude da necessidade de alocar estas informações junto ao Manual de Processo de Registro.

conselhos estaduais e municipais. Em Florianópolis o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS/Fpolis), foi instituído pela Lei n ° 4.958/96, em 16 de julho de 1996. O CMAS é um órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador da política de assistência no município, de caráter permanente e composição paritária (sete representantes do poder público e sete representantes da sociedade civil). Dentre as principais atribuições do CMAS/Fpolis está a de definir critérios para celebração de convênios e contratos entre o município e as entidades de assistência social segundo as determinações previstas no artigo 3º da LOAS:

“Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.”

Portanto, segundo esta Lei, para obter inscrição no CMAS, a entidade deve atender a um dos objetivos da Assistência Social conforme aqueles citados na LOAS.

Quanto ao registro no Conselho, o art 9 da LOAS determina que:

“O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou no Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso.”

Com o intuito de organizar o desenvolvimento das atividades no Conselho, formaram-se as Comissões de Trabalho que é a reunião de pessoas encarregadas de estudar, examinar ou apurar determinado assunto. O CMAS/Fpolis, atualmente, possui três comissões de trabalho: a Comissão de Finanças, a Comissão de Políticas Públicas e a Comissão de Registro.

Para avaliar os critérios para concessão de registro de entidades no CMAS formou-se a Comissão de Registro, que analisa se a entidade que o solicita possui caráter de entidade de assistência social.

A seguir explicaremos o processo de registro de entidades no CMAS, bem como os critérios para registro no Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS e no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

### **2.3.2. Para que serve o Certificado de Registro do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis?**

O Certificado de Registro do CMAS é concedido a entidades de assistência social conforme prevê a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Com este certificado a entidade fica apta a receber recursos públicos, na esfera municipal, através de recursos advindos do Fundo Municipal de Assistência Social de Florianópolis por meio de convênios.

### **2.3.3. Como a entidade pode solicitar o Certificado de Registro ao CMAS/Fpolis?**

O representante da entidade deve dirigir-se ao CMAS para pedir o Certificado de Registro. O CMAS lhe disponibilizará a Ficha Cadastral (ver anexo a) que deverá ser devolvida preenchida para que se possa dar início ao processo de registro através da avaliação das ações e dos projetos sociais da entidade, da documentação, da estrutura física e organizacional e do recursos humanos.

Ao entregar a ficha cadastral, anexar as cópias dos documentos abaixo, pois a ficha só é aceita com a documentação completa:

- Estatuto da Entidade
- Ata de Posse da Diretoria
- Ata das 03 últimas Reuniões de Diretoria
- Decretos de Utilidade Pública Federal, Estadual ou Municipal
- Plano de Trabalho
- CNPJ
- Balancete da Entidade

#### **2.3.3.1. O que é o Estatuto da Entidade ?**

O Estatuto da Entidade, segundo Veneziani (1990), é o conjunto de normas fundamentais de uma sociedade anônima, associação ou sociedade civil. O Estatuto é o documento básico na regência da vida de uma instituição ou sociedade. Ele define a organização, administração, os objetivos e demais elementos da sociedade, associação ou instituição, regula as relações entre os sócios ou acionistas, bem como as relações destes com a entidade. O Estatuto poderá ser orientado por um advogado e deve ser registrado em cartório. O Estatuto deve declarar:

- A denominação, os fins e a sede da associação ou fundação;
- modo por que se administra e representa ativa e passiva, judicial e extra - judicialmente;
- Se os estatutos são reformáveis no tocante a administração e de que modo;
- Se os membros respondem, ou não, subsidiariamente pelas obrigações sociais;

- As condições de extinção da pessoa jurídica e o destino de seu patrimônio neste caso.

### **2.3.3.2. O que são os Decretos de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal ?**

O Decreto de Utilidade Pública é o documento que comprova que uma determinada entidade possui fim público, ou seja, determina que a entidade presta serviços de interesse público.

Para que a entidade possa receber estes documentos é necessário obedecer a alguns critérios:

No caso do decreto de utilidade pública municipal, a Lei Municipal nº1.115 de 26 de outubro de 1972, determina:

Art. 1º- A sociedade civil, as associações e as fundações constituídas no município com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- I - que adquiram personalidade jurídica;
- II – que estão em efetivo funcionamento há pelo menos 1 (um) ano;
- III – que servem desinteressadamente a coletividade;
- IV – que os cargos de sua diretoria não sejam remunerados.

Art 3º- Estão excluídas da exigência do item II, do art 1º, as sociedades, associações e fundações que tenham o fim exclusivo voltado para o ensino e amparo a criança, ao adolescente e a velhice.

Art 5º- As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar anualmente à Secretaria da Câmara Municipal, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestados a coletividade.

Art 6º- Será cassada a declaração de utilidade pública se, por qualquer motivo, a declaração exigida no artigo anterior não for apresentada por 3 (três) anos consecutivos.

Art 7º - Será também cassada a declaração de utilidade pública, mediante representação documentada do Ministério Público, de qualquer interessado, sempre que se provar que a beneficiária deixou de preencher qualquer dos requisitos do artigo 1º.

Para obter este documento, a entidade deve solicitar à Câmara Municipal de Vereadores do seu município.

No caso do Decreto de Utilidade Pública Estadual, a Lei Estadual nº 10.436 de 1 de julho de 1997, prevê:

Art.1º- As entidades de promoção educacional, científica, cultural, artística, esportiva, social ou filantrópica que sirvam desinteressadamente à coletividade, sem fins lucrativos, poderão ser declaradas de Utilidade Pública Estadual, por iniciativa de qualquer membro da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. As entidades de que trata este artigo deverão ter pelo menos 1 (um) ano de comprovado funcionamento e prestar serviços de natureza relevante e notório caráter comunitário e social, concorrentes com aqueles prestados pelo Estado.

Art.2º- O pedido de Declaração de Utilidade Pública será encaminhado pela entidade interessada à Assembléia Legislativa, que apresentará o projeto de lei, obedecidos os seguintes requisitos:

- I – que a entidade seja constituída no Estado de Santa Catarina;
- II – que tenha personalidade jurídica (CNPJ);

- III – que tenha estado em efetivo e contínuo funcionamento nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, com a exata observância dos Estatutos;
- IV – que apresente cópia dos Estatutos originais e suas alterações, quando for o caso;
- V – que apresente ata da eleição e posse da Diretoria em exercício;
- VI – que não sejam remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;
- VII – que, comprovadamente, mediante a apresentação de relatório circunstanciado dos 12 (doze) meses de exercícios anteriores à formulação do pedido, tenha promovido atividades filantrópicas, esportivas, educacionais e culturais, de caráter geral e indiscriminado;
- VIII – que já tenha sido, comprovadamente, reconhecida de Utilidade Pública Municipal;
- IX – que a entidade submeta relatórios anuais de atividades à fiscalização e controle dos órgãos concedentes da declaração de Utilidade Pública, para identificar o cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 1º desta Lei.

Art 3º- Cumprido o disposto no inciso IX do artigo 2º e não satisfeitos os requisitos desta Lei, o órgão concedente poderá anular a declaração de Utilidade Pública Estadual.

Para obter este documento a entidade deve solicitá-lo na Assembléia Legislativa do seu estado.

Quanto ao Decreto de Utilidade Pública Federal, atualmente, qualquer entidade com natureza jurídica de fundação, associação ou sociedade civil sem fins econômicos, que seja constituída no país, esteja em efetivo funcionamento nos últimos três anos, sirva desinteressadamente à coletividade e que não remunere sua diretoria e conselhos, pode ser declarada pelo Ministério da Justiça de utilidade pública federal.

Os direitos das entidades portadoras da utilidade pública federal são:

- receber doações da União;
- receber receitas das loterias federais;
- realizar sorteios;
- ser isentas de recolher a cota patronal para o INSS;
- ser isenta de depositar o FGTS;
- permitir que pessoas físicas e jurídicas possam deduzir do imposto de renda sua doação.

#### **2.3.3.3. O que é o Plano de Trabalho?**

O Plano de Trabalho é o instrumento por meio do qual a entidade propõe e planeja as suas ações.

No plano de trabalho deve conter a sua apresentação, sua justificativa (motivo pelo qual este plano foi elaborado, para atender a quais demandas?), seus principais objetivos (podendo dividi-los em objetivo geral e objetivos específicos), o público alvo (a quem se destina o projeto), as estratégias de ação (como será desenvolvido?), o cronograma de atividades, os recursos necessários (humanos, financeiros e materiais) para desempenhar o projeto e a avaliação que será o método que a entidade utilizará para avaliar os resultados do projeto em funcionamento. Para melhor exemplificar, anexamos um modelo de Plano de Trabalho (vide anexo D).



#### **2.3.3.4. O que é o CNPJ ?**

O CNPJ é o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Para realizar operações financeiras, ter conta bancária e fechar contratos, a entidade deverá ter um número de registro no CNPJ.

Para obtê-lo o responsável pela entidade deve ir a uma delegacia regional da Secretaria da Receita Federal com os seguintes documentos registrados no cartório (autenticados e carimbados): Registro da empresa na junta comercial (Contrato Social) ou Ata da eleição dos dirigentes e os documentos do responsável pela entidade (documento de identidade e CPF). Após reunir estes documentos deve preencher a Ficha de Cadastro da Pessoa Jurídica em 2 vias (pode ser encontrada no site da Receita Federal ou em papelarias). A Ficha de Cadastro da Pessoa Jurídica pode ser preenchida via internet através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

#### **2.3.3.5. O que é o Balancete da Entidade ?**

O Balancete financeiro da entidade representa as receitas, ou seja, é a comparação do levantamento dos gastos da instituição com o levantamento dos recursos disponíveis. O Balancete financeiro deve ser assinado por um contador.

#### **2.3.4. Como acontece o processo de registro das entidades no CMAS/Fpolis?**

Após a devolução da Ficha Cadastral ao CMAS, os conselheiros e/ou membros da comissão de registro marcarão uma visita à entidade onde será feita uma entrevista com seu representante a fim de se verificar se a instituição possui caráter de assistência social conforme o previsto nas LOAS. Nesta visita o entrevistador utilizará o Roteiro para Avaliação da Entidade (ver anexo B) que deverá ser preenchido durante a entrevista.

A partir da análise dos documentos e dos dados contidos na Ficha Cadastral e no Roteiro para Avaliação da Entidade, os conselheiros responsáveis pela visita emitirão o parecer final (vide anexo c).

O parecer final pode sugerir a Concessão do Certificado de Registro ou do Certificado de Registro Provisório, caso a instituição tenha que fazer algumas adequações. O parecer também poderá sugerir que o registro seja negado, caso a instituição não se caracterize como uma “entidade beneficente de assistência social”.

O parecer dos conselheiros deverá ser levado à Plenária do CMAS para serem aprovados ou não. Caso a entidade receba Certificado de Registro, este valerá por três anos, sendo que a entidade deve mandar ao CMAS uma vez por ano um Relatório de suas Atividades. Em caso de Registro Provisório a entidade deve adequar-se aos critérios solicitados pelo CMAS num prazo de seis meses. Quando é emitido um parecer de Registro Provisório, é encaminhado um ofício de adequação, explicando e sugerindo algumas modificações, e depois de 6 meses é realizada uma nova visita para uma nova avaliação. Se a entidade adequou-se ao que foi pedido, é concedido Registro válido por três anos, caso contrário seu registro pode ser prorrogado por mais 6 meses. Depois disso, é realizada outra

visita a entidade, então novamente é avaliada, se houve a adequação, é concedido Registro válido por três anos, caso contrário, o processo é arquivado.

Quando o processo é arquivado, e mais tarde a entidade requer novamente o registro, a mesma deve iniciar outro Processo de Registro. .

Em casos do parecer ser negado é encaminhado um ofício à entidade, colocando os motivos do mesmo.

### **2.3.5. Quais os critérios utilizados pelo CMAS/Fpolis para inscrição das entidades ?**

O artigo 1º da Resolução nº 24 do CMAS/Fpolis, de 21 de setembro de 2000, estabelece alguns critérios para inscrição de entidades de assistência social no Conselho, tais como:

1. Ser entidade beneficente de assistência social que atue:

- na proteção à família , à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- no amparo às crianças e adolescentes carentes;
- na promoção da integração ao mercado de trabalho;
- na reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e na promoção de sua integração à vida comunitária;
- na promoção gratuita de assistência educacional ou de saúde;
- na promoção do atendimento e no assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica de Assistência Social e na defesa e garantia de seus direitos.

2. Possuir fim público definido nos estatutos sociais (caráter público);

3. Exercer suas atividades assistenciais sem fins lucrativos;
4. Executar prestação de serviços gratuitos, em caráter permanente e sem discriminação da clientela, aplicando, anualmente, pelo menos, 20% da sua receita nesses serviços.
5. Estar declarada anualmente como entidade de utilidade pública.
6. Não conceder remuneração aos seus diretores ou sócios e não distribuir resultados ou parcela do patrimônio da entidade.
7. Aplicar seus rendimentos integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da entidade.
8. Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente à entidade congênere registrada no CNAS ou à entidade pública.
9. As entidades que prestam atendimento na área da educação deverão estar devidamente registradas no Conselho Municipal de Educação.

### **2.3.6. Como acontece o processo de registro de entidades no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS?**

Poderão obter registro no CNAS as entidades que, sem fins lucrativos, promovam: a proteção e amparo à família, à infância, à maternidade, à adolescência e a velhice; ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência; a integração ao mercado de trabalho; a assistência educacional ou de saúde; o desenvolvimento da cultura; o atendimento e assessoramento aos beneficiários da LOAS e a defesa e garantia de seus direitos.

O pedido de registro deve ser feito no CNAS, diretamente no protocolo do Conselho Nacional de Assistência Social em Brasília ou enviado pelo Correio ao endereço: Esplanada dos Ministérios - Bloco F - Anexo ala "A" - 1º andar - Cep 70.059-900 Brasília/DF. A entidade deverá preencher a Ficha de Requerimento de Registro de Entidade e apresentar os seguintes documentos:

- O Estatuto da Entidade
- Comprovante de inscrição no Conselho Municipal de assistência Social do município de sua sede, se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- Declaração de que a entidade está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias e no qual conste a relação nominal, dados de identificação e endereço dos membros da diretoria da entidade, conforme modelo fornecido pelo CNAS, assinado pelo dirigente da instituição.
- Relatório de atividades, assinado pelo presidente legal da entidade em que se descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas.
- Cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- Cópia do Documento de Inscrição no CNPJ (antigo CGC) do Ministério da Fazenda, atualizado.
- No caso de Fundação: cópia autenticada de escritura de sua instituição e comprovante de aprovação dos estatutos pelo Ministério Público.

O CNAS julgará a solicitação da entidade e, no caso de indeferimento, caberá pedido de reconsideração ao próprio CNAS num prazo de 10 dias, contados da data de

ciência da decisão e comprovado através de Aviso de Recebimento (AR). Mantida a decisão de indeferimento, cabe recurso ao Ministério de Estado da Previdência e Assistência Social.

Em caso de deferimento, o Atestado de Registro fornecido pelo CNAS, tem validade por tempo indeterminado.

Para a manutenção do Atestado de Registro, a entidade deverá comunicar ao CNAS qualquer alteração sobre a entidade, manter devidamente atualizado os dados cadastrais (endereço, telefone, sede) e apresentar outras informações ou documentos quando solicitados pelo Conselho.

A entidade poderá ter registro cancelado, através de processo administrativo, se ficar comprovada irregularidade na gestão administrativa.

O Atestado de Registro no CNAS, corresponde, a partir da nova Lei, ao atual Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, que só poderá ser concedido mediante prévia inscrição da entidade no Conselho Municipal de Assistência Social.

## **Considerações Finais**

No primeiro capítulo deste trabalho estudamos sobre a Política de Assistência Social e seu reconhecimento enquanto política pública através da constituição de 1988 e buscamos também definir o conceito de entidade de assistência social.

Vimos que a assistência aos pobres era prestada desde a antiguidade sendo considerada como uma ação guiada pelo sentimentalismo, pela bondade ou pelo dever moral.

A partir da constituição de 1988 a assistência social é reconhecida como política pública e passa a fazer parte do tripé da seguridade social brasileira. Esta redefinição da proteção social rompe com a cultura conservadora que acredita na prestação de assistência através de mecanismos viciosos de atenção a pobreza como o paternalismo, o clientelismo, a caridade e o dever moral. Entretanto, para muitos, a assistência social não é legitimada como política pública, pois é vista como mera ação voluntária ou como resultado de problemas sociais que surgem pela deficiência das demais políticas sociais como a saúde, a educação, a habitação, a geração de emprego e renda, entre outras. Sendo assim, a assistência social não é considerada como direito e sim como “uma tapeação do Estado”, conforme cita Potyara Pereira, o que estigmatiza e humilha quem dela necessita através do atendimento focalizado e emergencial.

A Lei federal 8.742 de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS que dispõe sobre a organização da Assistência Social, vem regulamentar os artigos 203 e 204 da Constituição Federal referente a assistência social tendo como diretriz fundamental a descentralização político administrativa e a participação popular.

O sistema descentralizado e participativo da assistência social permite a instalação do controle social, ou seja, a sociedade passa a intervir nas políticas públicas interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação da assistência social. Para o exercício deste controle social, um dos mecanismos é a instituição dos Conselhos de Assistência Social. Os conselhos são definidos conforme o artigo 16 da LOAS como

“ instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo da assistência social, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil”.

Entretanto, podemos perceber que este sistema corre o risco de reduzir a descentralização e a participação popular a uma simples transferência de atribuições aos Estados e municípios sem a correspondente transferência do poder político de tomada de decisão. Para minimizar este risco o governo federal deve ter como parâmetro o reconhecimento da municipalidade como espaço de poder local autônomo e não como simples executora de ações definidas pela esfera federal.

A política de assistência social é uma política pública de caráter não contributivo para prover os mínimos sociais a quem dela necessitar. Para melhor entender esta política buscamos problematizar o conceito de “mínimos sociais”.

Entendemos que o conceito de “mínimos sociais” que predomina no Brasil é aquele manipulado pela classe dominante, onde mínimos designa necessidades naturais de sobrevivência, como, por exemplo, o direito a alimentação enquanto condição para a reprodução do próprio trabalho, excluindo, portanto, o direito ao lazer, a vida comunitária, a saúde, a educação de qualidade, entre outros os quais entendemos como necessidades fundamentais.



Podemos perceber que dentro da atual conjuntura neoliberal está ocorrendo uma transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade no que diz respeito ao enfrentamento das questões sociais. É neste contexto que acontece a ascensão do Terceiro Setor e do voluntariado.

Acreditamos porém, que as questões sociais devem ser solucionadas através da responsabilidade do Estado por meio de políticas públicas eficientes que possam contar com a ação complementar da sociedade civil.

O universo das entidades de assistência social que formam o sistema descentralizado e participativo da política de assistência social conforme determina a LOAS é bastante amplo e inserido neste espaço procuramos esclarecer sobre a nova concepção de Entidade Beneficente de Assistência Social. Vimos que as entidades podem ser governamentais, sendo de responsabilidade do Estado, ou não-governamentais, estando sob a responsabilidade da sociedade civil.

As entidades beneficentes de assistência social devem prestar atendimento gratuito, atender ao público previsto na LOAS e não devem ter fins lucrativos.

A transição do certificado de fins filantrópicos para uma nova denominação de registro no CNAS que é o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, modifica o termo filantropia que designa favor ou caridade e contribui para a legitimação da assistência social enquanto direito.

Além das entidades beneficentes de assistência social regulamentadas pela Lei do CEBAS, uma outra categoria é incorporada ao grupo das ONGs: as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs. As OSCIPs são reconhecidas como tal por ato do governo federal ao analisar o estatuto da instituição, por isso a OSCIPs não passam pelo mesmo controle social ao qual estão submetidas as entidades beneficentes de

assistência social que estão sob a fiscalização dos Conselhos de Assistência Social. Além disso, acreditamos que as normas que regulamentam as OSCIPs são mais flexíveis, como, por exemplo, abrir possibilidade para remuneração dos dirigentes de entidades. Dessa forma, os recursos públicos destinados as OSCIPs ficam mais longe da fiscalização e do controle social realizado por intermédio dos Conselhos de Assistência Social conforme preconiza a LOAS.

No segundo capítulo deste trabalho estudamos sobre a Comissão de Registro do CMAS/Fpolis e a concepção de "entidade de assistência social" por parte de seus membros, bem como as principais dúvidas das entidades sobre o processo de inscrição no Conselho e sobre os critérios para este processo; sobre o processo de registro de entidades nos Conselhos de Assistência Social e por fim apresentamos uma proposta de Manual de Processo de Registro de Entidades nos Conselhos de Assistência Social.

Ao entrevistar os membros da Comissão de Registro, podemos indicar como principais características de uma entidade de assistência social o atendimento ao público previsto pela LOAS, a gratuidade e a sistematicidade dos serviços. Quanto as principais dúvidas dos dirigentes das entidades sobre o processo de inscrição no Conselho, podemos apontar: o desconhecimento sobre a elaboração de um Plano de Trabalho, sobre a função da política de assistência social e dos Conselhos de Assistência Social e sobre o mecanismo de controle social que está "por trás" do processo de inscrição de entidades no CMAS/Fpolis. Um dos principais mecanismos de controle social do Conselho é a elaboração dos critérios de inscrição de entidades no mesmo e o próprio processo de inscrição executados pela Comissão de Registro com o intuito principal de fiscalizar o destino dos recursos públicos.

Os critérios para inscrição no Conselho foram determinados pela Resolução 24 do CMAS/Fpolis de 21 de setembro de 2000. Tal resolução determina que as entidades devem

atender ao público abrangido pela LOAS, devem ter fim público e executar serviços gratuitos, devem ser sem fins lucrativos e o que é mais curioso e contraditório – as entidades devem estar em funcionamento há no mínimo dois anos para solicitarem registro no CMAS/Fpolis. Tendo em vista que a LOAS exige que a entidade possua registro nos Conselhos de Assistência Social para o seu funcionamento, é notório que esta resolução precisa ser modificada. A modificação da Resolução 24 está sendo planejada pela Comissão de Registro e passará pela plenária no primeiro semestre deste ano.

O processo de registro de entidades no CMAS/Fpolis deve ser esclarecido às entidades e a sociedade de modo geral e, tendo em vista que os dirigentes das entidades pouco conhecem sobre a política de assistência social e, menos ainda, sobre o processo de registro, propomos a criação de um Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades. Esta proposta de manual foi elaborada a partir da demanda apresentada no CMAS/Fpolis no período em que estagiamos no NETA: informar melhor as entidades sobre a Política de Assistência Social e, mais especificamente, sobre o processo de registro nos Conselhos de Assistência Social.

Para a efetivação desta proposta sugiro que após a aprovação do Manual de Orientação ao Processo de Registro de Entidades em Reunião Plenária do CMAS/Fpolis, para maior conhecimento das entidades, o mesmo seja divulgado também nos seguintes locais:

- CMAS/Fpolis para ser entregue as entidades que solicitam inscrição;
- Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social de Florianópolis - SMHTDS;

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e de Meio Ambiente de Santa Catarina;
- Conselho Estadual de Assistência Social de Santa Catarina – CEAS/SC.

Esperamos que este trabalho possa contribuir para que Conselheiros e Entidades sintam-se esclarecidos quanto ao processo de inscrição de entidades nos Conselhos de Assistência Social a partir da nova concepção de Entidades Beneficente de Assistência Social.

**Referências:**

LEITE, Celso Barroso. **Filantropia e Contribuição Social**. 2ªed.

São Paulo: CFESS, 1995. 132 p.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Entidades de Assistência Social – Relatório Final de Consultoria ao Conselho Nacional de Assistência Social sobre a Regulamentação dos artigos 3 e 9 da LOAS**. Brasília, 1997. 78 p.

VENEZIANI, Wagner. **Contratos – Manual Prático Econômico**. 3º

São Paulo: Delta – 1990. volume único.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Avancando para Construção do Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social - Norma Operacional Básica da Assistência Social – Brasília: MPAS, SEAS, 1999.

REVISTA KATÁLISYS / Universidade Federal de Santa Catarina. Centro – Sócio – Econômico. Departamento de Serviço Social – n.1(junho de 1997) – Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. 98 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do Texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRAVO, Maria Inês de Souza e PEREIRA, Potyara. **Democracia e Política Social.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001. 172 p.

HINNIG, M.S. **O Processo Participativo das Entidades Não - Governamentais no Fórum Municipal de Assistência Social de Florianópolis.** 2003. 92f (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social - TCC) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA, L.O. **O Perfil das Entidades Não - Governamentais inscritas no CMAS.** 2003. 97f (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social – TCC) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FUCKS, M. **O Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis e o Processo de Registro das Entidades de Assistência Social: Desafio ao Exercício do Controle Social.** 2003. 115f (Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social - TCC) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GUERRA, Yolanda. **O Ensino da Prática no Novo Currículo: Elementos para o debate** (Palestra proferida na Oficina Regional da ABEPSS) Florianópolis:2002. 155 p.

BRASIL. Lei 8.742/93 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Conselho Federal de Serviço Social:** Coletânea de Leis, Santa Catarina, 2ºed, p. 201-246, 2001.

BRASIL. Lei 8.662/93 de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Conselho Federal de Serviço Social:** Coletânea de Leis, Santa Catarina, 2ºed, p. 27-36, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Resolução nº 273 de 13 de março de 1993. **Conselho Federal de Serviço Social:** Coletânea de Leis, Santa Catarina, 2ºed, p. 13-26, 2001.

\_\_\_\_\_ Diretrizes de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social (UFSC)  
Fpolis.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre Originalidade e Conservadorismo.** Brasília: Vozes, 2001. 131 p.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência Social: do discurso do Estado à prática do serviço social.** Florianópolis: Ed da UFSC, 1996.

SOUZA, Maria Luíza. **Questões Teórico - Práticas do Serviço Social.**

São Paulo: Vozes, 1982. 108 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS - Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis  
/ 2002.

PEREIRA, Potyara A.P. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2002. 161 p.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Marco Legal do Terceiro Setor: aspectos teórico e prático**  
São Paulo: Tribunal de Justiça / Divisão de Artes Gráficas / 2003. 202 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** 5ºed - São Paulo. Cortez, 2001. 182 p.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo.**

São Paulo: Cortez, 1995. 231 p.

BRASIL. Código Civil Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Organizador: Yussef Said  
Calvali: 4º ed. rev. atual e ampliada. São Paulo: RT, 2002



SPOSATI, Aldaíza. In: **Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil** - Revista Serviço Social e Sociedade, nº 68 Ano XXII / nov 2001 / São Paulo: Cortez.

# Anexos

## **Anexo A**

**FICHA CADASTRAL****1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:****1.1.-**

Nome:.....Sigla:.....

.....

1.2.-Data da Fundação:...../...../.....

Data do início das

atividades:...../...../.....

**1.3.-**

Endereço:.....nº.....Bairro:.....

.....

CEP:.....CGC:.....

Telefone:.....

Fax:.....

Dados sobre o Responsável:

1.4.-Nome

do

Presidente:.....Telefone:.....

1.5. Nome do Administrador ou

responsável:.....

Telefone:.....

## 2. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA ENTIDADE:

2.1.- ( ) Governamental ( ) Não-Governamental ( )

Outros:.....

2.2.- Área de Abrangência:

( ) Municipal ( ) Grande Florianópolis ( ) Estadual

2.3.- Utilidade Pública:

( ) União ( ) Estado ( ) Município

2.4.- Registros:



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

3.2.-Possui parcerias para o desenvolvimento dos programas/projetos ?

Quais?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

3.3.- Atendimento Prestado: (Assinalar)

TIPO DE ATENDIMENTO		NºDE PESSOA
PRESTADO	X	ATENDIDAS
PELA ENTIDADE		MENSALMENTE
		(média)
Creche ( 0 - 6 anos)		
Educação Complementar ( 07 – 17 anos )		
Educação Especial		
Tratamento de Reabilitação		
Ações de prevenção de deficiências		



Atendimento ao portador de HIV/Aids		
Grupos de convivência para idosos		
Atendimento asilar		
Abrigo		
Casa-Lar		
Albergue		
Grupos de mulheres e/ou mães		
Casa de apoio à mulher		
Orientação e apoio sócio-familiar		
Concessão de auxílios emergenciais (alimentos,remédios,outros)		
Assistência jurídica		
Oficinas de trabalho		
Provisões de documentos		
Alfabetização para adultos		
Cursos de iniciação para o trabalho		
Cursos de capacitação profissional		
Grupos de produção		
Encaminhamento ao mercado de trabalho		
Organização comunitária		

Atendimento ao migrante		
Recrutamento de voluntários		
Outros (especificar):		

3.4. - Benefícios concedidos (assinalar):

ESPECIFICAÇÃO	X	CUSTO/ANO
Cesta básica		
Leite comum		
Leite especial		
Medicamentos		
Passe de ônibus		
Passagens		

Vestuário		
Enxoval de bebê		
Funeral		
Óculos		
Material de construção		
Cadeira de rodas		
Aparelhos para reabilitação		
Outros (especificar):		

3.5. - Atividades complementares desenvolvidas:

3.5.1. - Estudos e pesquisas ( citar ) :

.....

.....

.....




4.1.2.- Capacitação de Recursos Humanos (assinalar):

FORMA	X
Cursos	
Treinamentos	
Oficinas	
Seminários	
Palestras	
Outros (citar	

--	--

#### 4.2.-FINANCEIROS:

4.2.1.- Mantém Convênio: ( ) União ( ) Estado ( ) Município

4.2.2-Outras fontes de Recursos (especificar):

.....

.....

#### 4.3. - MATERIAIS:

4.3.1. - Instalação física:

( ) Própria ( ) Alugada ( ) Cedida -

Órgão:.....

Período:.....

#### 4.3.2. - Área destinada aos programas assistenciais:

Total:.....Construída:.....

#### 4.3.3. - Equipamentos:

( ) linha telefônica

( ) máquina de escrever

( ) computador e impressora

( ) fax

( ) veículo

( ) TV

( ) vídeo

( ) som

( ) outros

(especificar):.....

.....

.....

.....

\_\_\_\_\_

DATA:...../...../.....

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



## **Anexo B**

## ROTEIRO PARA AVALIAÇÃO DA ENTIDADE

Entidade: \_\_\_\_\_

Data da visita: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Projetos/ações em desenvolvimento: (Destacar aspectos importantes do trabalho da Entidade, tais como, Plano de ação, projetos realizados e a serem realizados a curto, médio e longo prazo. Se tem projeto e não está desenvolvido qual o impedimento.)

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Avaliação dos seguintes aspectos:

Finalidade Pública: (Verificar no estatuto e na visita se a Entidade, mesmo sendo personalidade jurídica de direito privado, possui um fim público, ou seja, atenda ao público, em geral da Assistência Social, sem discriminação da usuário)

---

---

---

Caráter não-lucrativo: (Verificar no estatuto e “in loco” da Entidade o seu caráter não-lucrativo; se a Entidade reinveste em suas finalidades o que auferir de receitas)

---

---

---

Gratuidade do atendimento: (Verificar a comprovação do atendimento gratuito, parcial ou total da Entidade; os critérios para gratuidade de atendimento; o nº ou percentual do atendimento gratuito e os valores cobrados, quando for o caso; verificar se é cobrado alguma “contribuição espontânea”, o valor e a periodicidade)

---

---

---

Área de atuação, população alvo e abrangência: (Avaliar estes aspectos no atendimento da Entidade, considerando a prioridade aos pobres, excluídos ou pessoas de grupos de vulnerabilidade social)

---

---

---

Capacidade de atendimento: (Verificar qual a média de atendimento da Entidade e qual a sua capacidade de atendimento, considerando as condições já existentes; identificar a demanda reprimida ou lista de espera)

Localização: Verificar onde está sediada a Entidade/programa; se na localidade ou região possui outro atendimento similar; se é próximo da população atendida, ou se o atendimento é de fácil acesso)

Instalações físicas: (Avaliar as condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, consultar sobre o laudo da Vigilância Sanitária e bombeiro; avaliar se o espaço físico e equipamentos são adequados ao tipo de atendimento)

---

---

---

Qualidade do atendimento: (Avaliar como está sendo realizado o atendimento, se possível consultando seus usuários; verificar se a Entidade possui instrumentos ou formas de avaliação do trabalho, bem relatórios, reuniões, entre outros). Necessário manter contato com os Conselhos a fins(idoso, criança e adolescente,Portador de deficiência,dependência química)

---

---

---

Direção da Entidade: (Verificar se a Diretoria não recebe remuneração, se existe grau de parentesco entre seus membros; avaliar a sua capacidade técnica e gerencial)

---

---

---

Pessoal envolvido, incluindo voluntários: (Analisar o quadro de funcionários e/ou voluntários, sua formação, profissão, as formas de capacitação - periodicidade, pessoal envolvido na capacitação...)

Relação entre Entidade Mantenedora e Entidade Mantida, quando existente: (Verificar o financiamento das ações, parcial ou total, e outras formas de apoio; avaliar a autonomia das entidades mantidas)

Avaliação entre receitas e despesas da Entidade (avaliação documental):

Fontes de Recursos: (Relacionar as fontes de recursos e os percentuais que representam na manutenção da entidade, inclusive as doações, carnês de contribuição, aluguéis e outros)

---

---

---

Relatórios: (Verificar se a Entidade possui relatórios do atendimento realizado e destacar os dados mais importantes dos mesmos, bem como cadastro dos usuários)

---

---

---

Outros aspectos:

---

---

---



## **Anexo C**

**PARECER FINAL**

Com base na análise documental e visita à Entidade, concluímos que

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Florianópolis, de de 2003.

---

Conselheiro(a) do CMAS

---

Conselheiro(a) do CMAS

## **Anexo D**

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio - Econômico

Departamento de Serviço Social

## **Plano de Trabalho**

1. Apresentação
2. Justificativa
3. Objetivo Geral
4. Objetivos Específicos
5. Público Alvo
6. Estratégias de Ação
7. Cronograma de Atividades
8. Recursos (humanos, financeiros e materiais)
9. Avaliação